

A MEMÓRIA NO TEMPO PRESENTE DOS MIGRANTES DA VILA DO INCRA

Data de aceite: 02/05/2024

Maria Clelia Pereira da Costa

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu-São Francisco-USF-Campus Itatiba-São Paulo, 2020. Mestre em Educação-USF- São Paulo 2016. Especialista em Gestão Escolar-Universidade Federal de Roraima, 2010. Especialista em Educação Infantil, UFRR, 2012. Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Rorainópolis. Professora aposentada da Rede Estadual de Roraima. Coordenadora Técnica da Proposta Curricular para a Educação Infantil de Rorainópolis
<https://lattes.cnpq.br/4602343842549291>
<https://orcid.org/0000-0002-5011-2663>

RESUMO: Esse artigo retrata as narrativas dos migrantes nordestinos e sua chegada ao Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano de Farias, anos depois reformado e nomeado de Projeto de Assentamento Dirigido Anauá espaço de construção do Povoado Vila do Incra às margens da BR 174 Antigo Território Federal de Roraima. Os personagens indicam uma dupla jornada de peregrinação, trabalho resultado de quem caminhou às escuras, superou as diversidades, a insegurança,

as incertezas e venceu o percurso árduo e as tempestades da migração na Amazônia Roraimense numa floresta densa e tropical.
PALAVRAS-CHAVE: Oralidade; Memória; migração; Assentamento de Terra.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é resultado de minha dissertação de Mestrado em Educação, título conferido pela Universidade São Francisco-USF Campus Itatiba-SP pela defesa da Dissertação em 15-02-2016, cujo título é (Memórias dos pioneiros do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano/Anauá: a Casa - Escola do Valentin Rorainópolis-RR- 1975-1983). A pesquisa foi apoiada pela – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES, Prefeitura Municipal de Rorainópolis e Governo do Estado de Roraima.

A pesquisa retrata a realidade de vida dos migrantes de Vila do Incra ao revelar suas lutas percorrido da chegada ao Assentamento Dirigido Coronel Salustiano de Farias/Anauá entre 1975-

1981, período que os pioneiros fugiram da seca e da miséria que assolava o Nordeste brasileiro e chegaram numa terra que se dizia “vazia”, à espera de habitantes, embora a pobreza extrema, doenças como a malária foram desafios semeados naquele lugar.

A história se desenvolve a partir da escuta acirrada das falas dos personagens identificados pelos seus nomes e datas dos acontecimentos. O objetivo do texto é conhecer as interações históricas que emergem das experiências dos migrantes nas lutas em busca de um pedaço de chão, qualidade de vida, escola para os filhos. E para que tudo isso fosse concretizado precisava de melhorias no assentamento da BR 174.

A metodologia se pauta numa pesquisa qualitativa quanto aos sujeitos envolvidos, narrado aqui por dois migrantes residentes em Rorainópolis, porém quinze participaram da pesquisa na escrita da dissertação. Após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Universidade São Francisco Parece nº: 1.125.509, de 26 de junho de 2015, iniciamos as entrevistas na residência dos participantes durante o mês de julho 2015 em diferentes localidades do atual município de Rorainópolis.

Teoricamente consideramos que os estudos de Meihy & Holanda (2007), sobre as metodologias de entrevistas e as teorias de Jacques Le Goff (1990), sobre a relevância da memória na construção da história oral. Para os autores Meihy & Holanda (2007), o uso de entrevistas como técnica de pesquisa tem propiciado importantes recursos à pesquisa científica, à medida que esse instrumento favorece seu prestígio e faz com que mereça atenção na explicação e uso das fontes gerais, a partir de novas interpretações:

Como técnica, o uso das fontes orais confere sentido acadêmico à aplicação das entrevistas que passaram a ser válidas como recursos de separação da história oral, produzida na universidade em oposição às soluções que se valem do uso mais ‘inocentemente’ ou “livre” das entrevistas (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 71).

Nesta pesquisa, a oralidade foi de extrema importância pela ausência de registros escritos e memorial sobre a saga dos migrantes no processo de ocupação da BR 174, criação do povoado, esquecendo que eles fizeram parte na construção embrionária desta história. Segundo Le Goff (1990), estas ações refletem sobre o valor da memória quando os grandes historiadores vivenciaram esse crivo no passado em busca da escrita da história por meio da memória. A história do caçador, os rastros, as pistas, os sinais nos objetos, a Bíblia são exemplos da oralidade relatada pelas memórias e escrita da história para o conhecimento de futuras gerações.

Sendo assim, compreendemos que:

A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofa, pele, como na Rússia antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga), como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel (LE GOFF, 1990, p. 375).

A esse respeito, Meihy & Holanda (2007, p. 118) advogam que “o fazer entrevistas, além dos momentos de sua realização prática, demanda a finalização que o habilita para uso. Independentemente, cada entrevista é um documento e o conjunto um corpus documental específico”. As palavras dos pioneiros indicam a busca pela independência econômica, social e política, diferente daquelas experimentadas nas cidades de origem as margens da pobreza, fome e miséria, onde compartilhavam o sonho de *posse da terra*. Nesse ponto, a oralidade possibilita enxergar outros resultados, interpretar a dinâmica das linguagens por trás dos bastidores e captar o inesperado;

De uma ou de outra forma, a sustentação que marca a união de pessoas são dramas comuns, coetâneos, vividos com intensidade, e consequências relevantes, episódios que alteram no porvir o comportamento pretérito, rotineiro, e que impõem mudanças radicais de vida grupal. [...] A memória se constitui assim em artifício político-social para marcar os elementos indenitários de uma comunidade (MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 51).

Diante do exposto é importante conhecer os ditos de um migrante colaborador entrevistado que busca na memória o passado que ao mesmo tempo em que é individual é também coletivo, passado e presente, pela forma como os acontecimentos se deram, assim tecem uma teia de suas memórias imbricada com as experiências vividas, relatam a imensa floresta intacta, onde podiam demarcar e escolher o lugar de seus lotes de terra medindo quinhentos por dois mil, e ainda separar terra para seus familiares e amigos que já estavam a espera no Maranhão, Piauí, Pará, Rondônia e outros estados.

São sujeitos que trazem a memória todo um processo de construção da história da Vila do Incra atual município de Rorainópolis, para não esquecer e as novas gerações conhecerem esse povo hordeiro que implantou e contribuiu para a construção do segundo maior município de Roraima.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que está em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p.477).

Tudo isso, marcadas pelo tempo e as práticas sociais neste território investigado cheio de beleza, um espaço ainda desconhecido desbravado por homens experiente no processo de conquistas e esperança de permanecer na terra prometido pelo governo de Roraima.

A DIFÍCIL CHEGADA: UM PASSADO LIBERTADOR OU OPRESSOR?

Diante do exposto, vamos nos debruçar nas experiências do senhor João Rosa de Sousa, natural de Bacabal Maranhão, agricultor aposentado que chegou à rodovia em novembro de 1976 aos 42 anos de idade, e no período da entrevista estava com 82 anos de idade. Segundo suas palavras, ao chegar à rodovia foi contratado pelos serviços do 6º Batalhão de Engenharia e Construção-6º BEC como contador de bueiro pelos irmãos Gentil e Mariano Carneiro, pioneiros na ocupação das terras desde 1973, período que não havia a política do assentamento, a terra era escolhida em qualquer lugar desejado para construir o tapiri² às margens da BR 174, lugar onde as picadas estavam sendo realizadas muitas por Gentil Carneiro e sua equipe de trabalho.

Desse modo, os ditos do senhor João Rosa narra os motivos que os trouxe a esse lugar distante, desconhecido e cheio de desafios nos confins do país, numa terra que em seu entendimento era prometida para tirá-los do sofrimento.

Chegamos em 1976 em Roraima, meu interesse foi por muitas coisas que sempre havia lutado à busca do ouro, da terra fácil, o trabalho na rodovia, escola para meus filhos, era muita gente para sustentar e estudar. O desgosto pela perda de minha filha querida de nove anos de idade, uma dor na alma tão marcante que até hoje ainda sinto como se tudo fosse vivido agora. Minha filha morreu queimada acendendo o fogo para fazer o almoço. (...) Eu tinha casa, comércio, terra, mas pelo acontecido vendi tudo e viajei para Roraima. A gente almejava um pedaço de terra grande para plantar e assim aconteceu. ¹O ouro era o sonho de todos nós que saía em disparada para as *áreas* de exploração dos garimpos de Roraima, muitos colegas enriqueceram outros perderam a vida nas rochas, pela malária, o cano da espingarda ou pela ambição da riqueza (JOÃO ROSA, 20/07/2015).

Esse dito é permeado de emoção, cuidados ao pronunciar as palavras bem pensadas e organizadas, senta, olha as mãos, seu semblante é às vezes de seriedade, outros de tristeza, preocupação com suas palavras. Olha sempre para trás e pede ajuda da esposa, a quem chama de Divina na esperança de rememorar o passado e esclarecer as informações que espero obter. A esposa diz não lembrar a data da chegada ao *paraíso lugar onde criei os 10 filhos e 10 netos*". No percurso da entrevista a esposa Divina anda de um lado para o outro preparando o almoço, parece sente-se incomodada diante do constante chamado do esposo para auxiliá-lo, responde com monossílabos, mas segura quanto às respostas. Segundo o colaborador, sempre relata aos estudantes que o procuram para saber da história do lugar e realizar trabalhos escolares, embora não sejam os escritos publicados, isso o deixa revoltado, e desabafa suas inquietações a respeito das instituições de ensino e pesquisas sobre a não divulgação de suas experiências de vida:

¹ Palavra indígena que define uma palhoça provisória que abriga lavradores, usada pelo seringueiro para cobrir a fôrnalha e defumar o látex. Dicionário <http://www.dicionarioinformal.com.br/tapiri>.

[...] Não sei o que estes estudantes fazem com as entrevistas que já dei, pois nunca vi, li ou soube de trabalhos que tenha contado a respeito dessa história do vilarejo, nossa luta pela terra e pela escola. Os companheiros de luta estão morrendo e junto com eles a história desse lugar, nossas lutas, pois tem coisas que somente eu sei contar, assim como outros também sabem de coisas que eu não sei. Isso deixa tudo pela metade, e a gente sabe que é preciso juntar o quebra cabeça para encaixar as peças e produzir alguma coisa boa e de verdade para que outras pessoas conheçam nossa luta para construir tudo isso (JOÃO ROSA, 20/07/2015).

Desse ponto de vista, não é somente o senhor João que pensa no silêncio desses fatos, o grupo compartilha de seus pensamentos quanto ao descaso dos historiadores ao silenciar os acontecimentos do registro escrito. E, enquanto não acontece a construção dessa história, nas palavras desse pioneiro “*tudo vai pelo ralo, sem retorno*”. Em continuidade, revela a situação que viveu no assentamento às dificuldades para adquirir produtos como: sal, açúcar, sabão, óleo para cozinhar, pilha para o rádio, lanterna, medicamentos para tratamento da malária e querosene para as lamparinas. Para adquiri-los caminhava-se um dia inteiro para a localidade do Arara Vermelha ou a taberna do Lourenço próximo a ponte do rio Anauá em direção a Boa Vista, únicos comércios existente na época.

Na roça, plantava-se de tudo, sem compradores à negociação se dava a base da troca dos produtos com os vizinhos. A esse respeito considera-se a importância que a terra tem para o migrante de promover sua subsistência e não obter lucros:

A terra para eles não tinha valor de troca. Concebiam-na como dádiva divina, da natureza, terra de trabalho, e não como fonte de lucros e riqueza ou negócio; portanto, não tinham escrituras das terras e nem podiam pagar por isso, pois estavam inseridos em uma economia não monetária, em que a troca era feita sob forma de produto, sem intermediação do dinheiro (SILVA, 2004, p. 25).

Alguns produtos eram considerados luxo: o sabonete, o perfume, as roupas e até um calçado, medicamento se usava as plantas medicinais ou esperava-se pelo governo. O interesse da terra não indicava outras prioridades dos colonizadores no momento, o árduo trabalho não se permitia desperdiçar o que se ganhava com objetos que podiam esperar.

(...) Aqui não tinha quem desse uma palha de arroz para ninguém, porque não tinha como. Nas tabernas pouco tinha para suprir a necessidade de tanta gente, até pela distância para os taberneiros sortir com mercadorias mais variadas e menor preço. Era um grande desafio morar no meio da floresta, muitas coisas custaram a chegar, mas a gente vivia como podia (JOÃO ROSA 20/07/2015).

A situação vivida pelos pioneiros, refletia sobre sua estadia em meio a floresta roraimense, os desafios do isolamento, a falta de alimentos, assistência médica, educação e serviço social considerando também o regime militar muito presente em Roraima sendo o Comando Militar da Amazônia responsável pela área assentada.

Nosso colaborador muito relutou em falar sobre o controle dos militares na região. Mas se retorce e esclarece que os *ocupantes da terra se sentiam ameaçados constantemente pelos militares que guarneciam a região armados com o poder de matar, expulsar e limpar o espaço*. Os militares não se mostravam satisfeitos com o povoamento, sem organização e legalização das terras, exigindo do Comando Geral da Amazônia-CMA que os retirassem da região e os mandassem para Normandia ao Norte do ex-Território de Roraima.

Ceder não estava nos planos dos ocupantes, pois o tempo gasto nas benfeitorias dos lotes indicava um trabalho árduo, intenso e necessário para permanecerem nos terrenos independentes da aceitação ou não do CMA. A opção era ficar, lutar ou morrer pela terra desejada a tempo, um trabalho que se dava pelo broque, derrubada, queima e coivara primeiro para construção das casas, barracos e tapiris, organização necessário para buscar a família em seus lugares de origem, posteriormente para o plantio da lavoura (mandioca, milho, arroz, banana, e outros).

UM GRUPO SOLIDÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO POVOADO VILA DO INCRA

O grupo articulador se empenhou na expansão do lugar, na tentativa de organizar um espaço próprio, construção de moradias, escolas, motor de luz, usina de arroz etc. O senhor João detalha a abertura, construção e desenvolvimento do povoado realizado pelos pioneiros, homens e mulheres que desejavam um espaço urbano com escolas, energia elétrica, água potável e usina para beneficiar o arroz que por muito tempo foi uma das lavouras produzida em maior escala no vilarejo, um ajuste das ações realizada pelos migrantes, já que esse é um prato preferido dos nordestinos.

Um trabalho que promoveu a rotas traçada pelos líderes do povoado, o qual sinaliza sinais na construção da história não somente desse lugar mas de muitas vidas que passaram nesse lugar cheio de riqueza, amins de beleza única como a guariba e o capelão que acordava os moradores com sua orquestra pela manhã, dando sinal que estava na hora de trabalhar no roçado e a tarde as araras indicavam o retorno com sua cantoria e revoar de beleza inigualável.

Desse modo, as palavras do senhor João lembra o esforço e o planejamento do INCRA para os beneficiar com a terra e a forma como se reuniram, se organizaram para construir o povoado sendo um por todos e todos por um com objetivo único.

As terras foram doadas pelo Executor Moisés e confirmadas pelo Governador Ottomar. A gente se reuniu para tomar algumas decisões em outubro de 1981, sobre a formação do vilarejo, derrubada, alimentação, ferramentas e a metragem a ser derrubada [...] Fizemos um mutirão com homens de todas as localidades da BR 174 e vicinais para desmatar a floresta um trabalho braçal duro como roer osso. (JOÃO ROSA, 20/07/2015).

Os participantes têm opiniões formadas a respeito de suas lutas na aquisição e criação do lugar, por em prática as ideias do grupo e chamar atenção dos órgãos públicos

que olhassem para aquelas pessoas como seres de direitos, carentes de acesso às necessidades básicas, transportes, comunicação, água encanada, comércios, sementes para plantio, ferramentas agrícolas e, sobretudo, um vilarejo que pudesse acolher o maior número possível de migrantes e instalação de escolas, visto que a maioria habitavam nas estradas vicinais, bem distantes umas das outras e também não havia transporte.

A gente não tinha máquina, roçadeira ou trator a *única* ferramenta avançada era o motosserra e dois operadores da máquina Zé Professor e Zé Basílio, trabalharam o dia inteiro derrubando as *árvores*. (...) Não tivemos paciência para esperar secar o mato a queima foi um fracasso, tivemos que encoivarar. O desejo pelo crescimento do lugar fez a turma trabalhar muitos dias e o fruto desse trabalho *é* o segundo maior município de Roraima, pelo esforço daqueles desbravadores de floresta. A gente trabalhou como um trator era sempre dez horas de serviço, precisava ser assim para acabar com as pragas e resolver a situação dos migrantes (JOÃO ROSA, 20/07/2015).

O trabalho realizado naquele período mostra o compromisso do grupo pelo movimento pró-vila, na certeza de garantir a transformação do assentamento com obras estratégicas onde o impossível parecia causar estranhamento para quem circulava em torno da rodovia e não compreendiam a emergência do povoado.

Esta organização de trabalhadores foi o reforço para o desenvolvimento deste lugar e muito nos chama a atenção a apresentação estética na construção da Vila do Incra, onde os novos espaços foram ganhando caracterizações peculiares demarcado pelo novo Administrador o senhor Francisco Duarte (Chico Reis) e João Rosa, juntos forão doando os terrenos urbanos, expandindo o espaço pela construção de moradias, beneficiando os migrantes que sonhavam com a casa própria, pois, somente a abertura da mata não era suficiente, muito havia para ser feito, as condições de cada um não eram melhores que dos outros, tendo em vista que a pobreza se mostrava extrema de acordo os pioneiros todos necessitavam de ajuda uns dos outros, seja, pelo ajuri para os distintos serviços da roça ou construção das casas.

Além disso, não havia maaterial de construção, somente a madeira tirada com motosserra, o barro para levantar as paredes, as telhas cavaco de madeira muito abundante nos roçados do povoado, nas vicinais, os pregos usava o cipó titica, como dobradiça pedaços de pneus e a maioria das casas não possuíam portas. Outro objeto interessante o fogão feito de barro Toá um barro muito branco que dava um toque especial na cozinha das mulheres que usava de capricho na construção dos mesmos.

Nessa narrativa interessante, vamos conhecer o senhor Valentin Bauduíno Gonçalves que no período dessa pesquisa aos setenta e três anos de idade ainda residia em seu lote de terra conquistado na década de 1970, às margens da BR 174 onde fora assentado. Ele relata a forma como chegou ao assentamento com ar de felicidade, olhando ao redor de seu lote de terra e mostrando tudo que construiu ao longo desses anos.

Meu enteado já morava aqui, no povoado de Martins Pereira, e dizia que esta era a terra para o "pobre morar" e convidou a gente pra vir embora e fugir da "seca" que maltratava o povo piauiense. Quando chegamos encontramos somente a "flor de casa" e dava medo à escuridão, isolamento e a falta de comunicação com o mundo lá fora. Parece que a gente estava vivendo em outro planeta. Os barracos esturravam muito perto de casa, o porcão passava de bando ao redor da casa, parecia que a gente não ia sobreviver. Foram tempos difíceis, mas não troco hoje minha paz por dinheiro nenhum. Quando chegamos aqui não existia farinha nem o arroz eu cheguei a passar quase seis meses comendo batata-doce, esperando a primeira safra arroz e comendo mingau de araruta com carne de tatu. Eu particularmente comi tanto que enjoiei (VALENTIN, 06/jul./2015).

Valentin, assim como seus conterrâneos, veio em busca de terra, emprego, melhores condições de vida e principalmente escola para sua enteada portadora de deficiência física. Valentin afirma que sofreu muito por falta do arroz e outros alimentos necessários. Assim, o leitor poderia imaginar uma pessoa se alimentar durante tanto tempo com esse tipo de comida? Por mais que seja nutritivo e benéfico a saúde a pessoa enjoa.

Valentin também, revela sua experiência durante quarenta anos de história do movimento do assentamento da BR 174 com algumas particularidades.

[...] Há! Minha senhora! A pobreza dessa gente era muito grande, mais a esperança de possuir uma terra própria fazia desse sonho um desejo maior de vencer as dificuldades encontradas no caminho. O medo dos índios não era o pior, o maior desafio foi enfrentar a maior pobreza nesse lugar e a malária que matava democraticamente.

Se percebe que foi um tempo difícil, mas o povo não desejava voltar, pois possuíam a terra, algo sonhado a vida inteira, era uma questão de honra desbravar o lugar agradecer o governador Ottomar de Sousa que os trouxe para trabalhar nessa terra. Uma oferta não de emprego mas de um pedaço de chão com direito de assentamento e legalização da terra, direito a derrubada e aviamento (foice, facão, sementes, galinha e assistência técnica).

No decorrer da história, Valentin narra sua chegada ao povoado a felicidade de escolher o terreno e construir um barrco de pau a pique:

Chegamos no inverno tenebroso, abril de 1976! (...). Vim com minha família, esposa Amália Gonçalves e sua filha Marinalva. Viajamos de Belém pra Manaus de barco e de Manaus para Boa Vista de avião, junto com o Governador Fernando Ramos Pereira. (...) Então viajei até a Vila Martins Pereira onde o 6º BEC trabalhava na construção da BR 174 e 210. (...) Comecei logo a procurar um terreno na BR 174, com dez dias encontrei esse lugar bonito "essa mina de ouro", decidi que seria meu, fiz um barraco cercado, de pau a pique, coberto de cavaco com somente um cômodo e começamos a trabalhar no broque e na derrubada para queimar e plantar arroz, feijão, banana, abóbora. (VALENTIN, 06/jul./2015).

Curiosamente, Valentin explica as causas de tanta miséria, olha para as mãos feridas por enfermidades adquiridas segundo ele por fazer doce de leite e está em contato com o quente e o frio, e se justifica informando que não ganhou a passagem do governo de Roraima para habitar as “terras vazias” ... Mesmo assim, se sente orgulhoso em dizer que viajou junto com o governador Fernando Ramos Pereira² a quem teve grande admiração, mas se revolta pelo descaso com a educação escolar e saúde dos assentados durante anos nesse cinturão de miséria.

Valentin tras a memória todo seu tempo de vivência do século passado, marcas que pertencem a um povo sofrido de um grupo que buscava na posse da terra a permanência e consolidação das ações, assegurando o senso de responsabilidade e solidariedade que comunicava o acesso as muitas reivindicações de recursos, melhorias do povoado e educação para todos, assistência técnica aos produtores para prover as condições de manejo da terra.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Foi assim, que os migrantes incentivados pelo desejo de encontrar um lugar para morar, trabalhar, fugir da miséria que assolava o Nordeste brasileiro narraram suas memórias, experiências de vida, das lutas e deixam claro que as dificuldades encontradas pareciam não ser o grande desafio. E, mesmo diante de um enorme cinturão de pobreza em torno da formação dos espaços da BR 174, das estradas vicinais, tudo isso contribuiu para atingir outros ambientes, como a formação dos novos povoados na selva roraimense, um território ainda desconhecido do país.

Nesse espaço de natureza exuberante, está presente o Marco Zero da Linha do Equador, os povos indígenas Waimiri-atroari e Pirititi, tribo indígena isolada descoberta recentemente nessa região de Rorainópolis. Observa-se nesse ambiente uma diversidade de animais, árvores, mandeiras de lei, rios, uma diversidade de peixes existente somente nessa região, corredeiras, uma cultura incomparável que se estende desde o Distrito de Martins Pereira até o longínquo Xixuaú no baixo rio Negro reserva ambiental preservada que merece ser conhecida.

REFERÊNCIAS

LE, Goff, Jacques. **História e memória**. Documento Monumento. Tradução Bernardo Leitão [et al.]-Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-549 (Coleção Repertórios).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HONLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007, 175p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela Terra**: Experiência e memória. Editora Unesp. São Paulo, 2004. 136 p.

2 -Simplesmente devido o referido governador tentar organizar e doar as terras para os parceiros que chegavam todos os dias na rodovia. A realidade vivida pelos migrantes do acesso fácil a terra, se justifica pela necessidade tanto do migrante pelo pedaço de chão, quanto do espaço em ser povoado.